ATA DA 14ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezessete de agosto de mil novecentos e noventa e oito, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Glauco Campello, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes o Ministro de Estado da Cultura, Francisco Weffort, os Conselheiros Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Augusto Carlos da Silva Telles, Italo Campofiorito, José Ephim Mindlin, Marcos Vinícios Vilaça, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Max Justo Guedes, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Roberto Cavalcanti de Albuquerque – representantes da sociedade civil –, Carlos Alberto Cerqueira Lemos – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – e Suzanna do Amaral Cruz Sampaio – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Francisco Iglésias, Gilberto João Carlos Ferrez, Joaquim de Arruda Falcão Neto, Maria do Carmo de Melo Franco Nabuco, Thomaz Jorge Farkas – representantes da sociedade civil –, José Silva Quintas – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – e Luiz Fernando Dias Duarte – representante do Museu Nacional. O Presidente abriu a sessão pronunciando as palavras transcritas a seguir: "Esta será uma reunião solene do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em homenagem ao centenário do nascimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Pedirei ao Ministro Francisco Weffort, que ao IPHAN e a este Conselho tem dedicado uma atenção especial, nos dê a honra de presidir esta reunião. Antes, porém, peço a permissão de todos para breves comentários. Em primeiro lugar quero salientar a presença de um novo Conselheiro. O Ministro Marcos Vilaça, a quem dou as boas-vindas em nome dos membros do Conselho. É um prazer e é dignificante tê-lo conosco nesta sessão de homenagem ao criador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antes mesmo de podermos recebê-lo, como de praxe e como manda o protocolo, na próxima reunião de trabalho, marcada somente para a segunda quinzena de setembro. Também quero fazer menção a Dona Maria do Carmo Nabuco, cuja dedicação à causa do Patrimônio merece o nosso reconhecimento especial, e que, muito querida entre os seus pares, receberá deste Conselho homenagem extensiva aos parentes de nosso homenageado. Esta cerimônia terá um destaque especial: a presença ilustre do arquiteto Oscar Niemeyer, nosso convidado de honra. Ele nos recordará o seu amigo Rodrigo. Não haveria um modo melhor de assinalar esta homenagem. Senão este. Ouvir de Oscar Niemeyer, a quem unanimemente admiramos pela força de suas convicções e por sua universal e extraordinária contribuição no campo da arte e da cultura, algumas palavras sobre o insigne brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade. Será com certeza um momento significativo, de contida emoção e simplicidade. Tal como seria do gosto de Rodrigo

e como é do gosto de Oscar. A tudo isso se juntará o fato de que Rodrigo, após os trinta anos de sua gestão administrativa a serviço da instituição que ele mesmo criara, pertenceu, fugazmente, a este Conselho, ao qual assim se referiu no dia de sua posse, em 5 de setembro de 1968: .... **o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é, sem a mínima lisonja, um dos colegiados mais úteis e com mais alto senso de responsabilidade constituídos na administração federal, credor de apreço excepcional pelos serviços que tem prestado ao país. [....] Sinto-me, portanto, enobrecido de integrar o corpo deste Conselho.** Senhor Ministro, arquiteto Oscar Niemeyer, esta sessão que buscamos tornar ao mesmo tempo simples e solene simbolizará também o preito da instituição ao seu pai fundador, que também foi, por um largo tempo, o seu chefe, o seu guia e mentor. Na verdade, a presença de Rodrigo Melo Franco de Andrade é, entre nós, mais do que uma lembrança, mais do que o reconhecimento de seu legado. Ela é um testemunho ainda vivo, quase físico. O calor de suas exigências, do seu rigor intelectual, da sua coragem moral, da sua firmeza e ponderação, ainda hoje, percorre as nossas veias. Somos herdeiros desse legado, e queremos viver ainda o **santo furor** com que a instituição foi criada. O peso dessa responsabilidade sobre os nossos ombros é grande. Conta Rubem Braga que no dia 18 de abril de 1956 meteu-se entre os funcionários chamados ao gabinete do chefe para comemoração do aniversário da instituição: **Depois de historiar, com áspera modéstia, o que o Serviço fez nestes 20 anos, Rodrigo fez a lista das coisas que se devia ter feito e não se fez e acusou disso em primeiro lugar a ele, chefe**. Essa auto-exigência, arrastando a todos num esforço pertinaz e silencioso, deu os frutos que hoje conhecemos. Salvou-se uma parte fundamental de nosso acervo de bens culturais. Iniciou-se com essa luta, comandada por Rodrigo, inspirada no amor pelo Brasil e em rigorosos critérios técnicos e culturais, a preservação e valorização do patrimônio histórico e artístico nacional, que, dizia ele, ... **é o documento de identidade da nação brasileira**. É neste esforço que devemos persistir, apoiados em suas lições. Sabemos que em decorrência dessa lida rigorosa, conduzida sem alardes, foi-se desenvolvendo a consciência social sobre a importância de nosso Patrimônio. É esta uma evolução significativa que devemos ao persistente trabalho comandado por Rodrigo. Por isso, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, que o IPHAN distribui anualmente, tem o sentido de reconhecer e destacar as ações de iniciativa da sociedade na proteção do patrimônio cultural brasileiro. O dia 17 de agosto de cada ano, aniversário natalício de Rodrigo, cujo centenário estamos hoje homenageando, será sempre, em nossos corações, o dia do Patrimônio." O Ministro Weffort assumiu a condução dos trabalhos e, após assinalar a presença do Embaixador Afonso Arinos de Melo Franco e do Ministro e Professor Aluísio Pimenta, este último representante do Governo do Estado de Minas Gerais, passou a palavra ao Conselheiro Modesto Carvalhosa para apresentar a sua homenagem à Conselheira Maria do Carmo Nabuco, transcrita a seguir: "Sr. Ministro, Senhores Conselheiros, arquiteto Oscar Niemeyer, senhores e senhoras. Dentre as homenagens que serão prestadas nesta sessão solene desejo salientar a figura de Maria do Carmo Nabuco, filha de Afrânio de Melo Franco e irmã de Afonso Arinos de Melo Franco, decano desta casa durante muitas décadas, esposa de José Thomas Nabuco de Araújo, nora de Joaquim Nabuco, prima de Rodrigo

Melo Franco de Andrade, que conceituo uma das damas mais importantes, mais brilhantes e que mais contribuíram para a história da cultura brasileira. Criada num ambiente de profundo amor ao Brasil, priorizou este sentimento ao longo da vida. Em 1968, o então governador mineiro e amigo fraterno de Maria do Carmo, Israel Pinheiro, quando inaugurava a estrada de ligação entre São João Del-Rei e Tiradentes, percebendo o estado desolador em que estava Tiradentes, decidiu recuperá-la. Não tendo a verba necessária para esta difícil empreitada, resolveu pedir ajuda para salvar aquela extraordinária relíquia mineira e pensou na prima de Rodrigo, Maria do Carmo, tão entusiasmada quanto ele pela nossa memória artística e cultural. Decidiu-se e fez o convite. Maria do Carmo a princípio hesitou, tal a dimensão do esforço que iria representar para a sua vida. Mas seu marido, Dr. José Nabuco, ofereceu apoio para tudo e então ela aceitou o desafio enorme, fundou a Associação de Amigos de Tiradentes e adquiriu a casa onde então foi iniciada a Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 29 de maio de 1970. Iniciou-se assim o processo de recuperação do Centro Histórico da Cidade, em parceria e com supervisão técnica do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inicialmente fez-se o Centro de Estudos com cerca de duzentos mil microfilmes doados por José Thomaz Nabuco, hoje à disposição de estudiosos de todo o Brasil. Prosseguindo o seu trabalho, Maria do Carmo recuperou o Fórum, a Casa do Padre Toledo, onde os inconfidentes se reuniam, e ali fundou o Museu da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade, instalou o Museu de Arte Sacra na antiga cadeia da cidade, e restaurou a maravilhosa Igreja Matriz de Santo Antônio, a Praça e o Chafariz de São José, refeitos à feição original com projetos doados por Roberto Burle Marx, instalou a iluminação subterrânea no centro histórico. A cidade pequenina, que ia desaparecendo no tempo, foi resgatada graças à aliança do patriotismo, mineiridade e brasilidade entre as famílias Pinheiro, Alvim e Melo Franco e seus elos escolhidos: Israel Pinheiro, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, entrelaçando suas raízes profundas no amor à sua gente." O Ministro da Cultura solicitou ao Presidente Glauco Campello que fizesse a entrega ao Dr. Breno Bello de Almeida Neves, Professor e Presidente do Conselho da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade, da placa de prata assinalando os serviços prestados à cultura brasileira pela Conselheira Maria do Carmo Nabuco. Em seguida, concedeu a palavra ao Conselheiro Angelo Oswaldo para seu pronunciamento sobre Rodrigo M. F. de Andrade, transcrito a seguir: "Sr. Ministro Francisco Weffort, arquiteto Oscar Niemeyer, companheiros do Conselho, Presidente Glauco Campello. Cabe-me neste momento, na condição de membro deste Conselho, do qual Rodrigo Melo Franco de Andrade também fez parte após a sua aposentadoria como Diretor do DPHAN, dizer algumas palavras evocando essa figura que para nós continua paradigmática. Eu lembro que Rodrigo nasceu em Belo Horizonte quando a cidade tinha seis meses, é o primeiro grande centenário que comemoramos no centenário de Belo Horizonte, celebrado no dia 12 de dezembro do ano passado. Rodrigo nasceu, portanto, em uma cidade que acabara de nascer e nasceu com essa vocação de futuro, porque ele anteviu um novo tempo para o Brasil através da consciência da nossa história. E a prova de que Rodrigo pensava no futuro

é Oscar Niemeyer, porque foi ele quem propiciou a presença de Oscar Niemeyer no Patrimônio Histórico, em Ouro Preto e na Pampulha. Foi ele quem proporcionou também a construção deste edifício com Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Le Corbusier, ao sugerir ao Ministro Capanema que adotasse uma solução inovadora e compatível com os anseios daquele tempo, no momento em que se decidia a construção da sede do então Ministério da Educação e Saúde, que foi na verdade o primeiro Ministério da Cultura no Brasil. É portanto em Rodrigo que nós vemos essa indicação, essa baliza, esse caminho para o futuro do nosso país e é com muita emoção que nós estamos aqui para ouvir a palavra de Oscar Niemeyer, um companheiro de Rodrigo na junção das nossas tradições, da linha evolutiva do nosso processo cultural com o novo tempo, com o futuro do nosso país, com tudo isso que a obra de Niemeyer representa tão bem." O Ministro da Cultura passou a palavra ao arquiteto Oscar Niemeyer para a seguinte manifestação: "Pedem-me falar de Rodrigo M. F. de Andrade. E vou procurar ser simples, como ele mesmo preferia, e não os ocupar demasiadamente. Afinal, era pessoa tão querida e ligada a todos nós que seria um exagero dela tratar de maneira exaustiva. No entanto, devo lembrar sua passagem pelo jornalismo, como diretor do jornal *O Dia* e, depois, de *O Jornal*. Sua atuação à frente da *Revista do Brasil*, de 1926 a 1927, onde manifestou o seu apoio ao nascente movimento modernista. Mas foi em 1937 que, convidado por Gustavo Capanema, assumiu a direção do SPHAN – uma tarefa que o absorveu por toda a vida. Sua vocação de advogado, seu talento literário, que os contos reunidos em *Velórios* (1936) logo evidenciaram, tudo isso sacrificou em proveito do imenso trabalho que o SPHAN dele exigia. Lembro o apreço permanente que devotava à literatura, a exposição que organizou na Biblioteca Nacional sobre Machado de Assis, o carinho com que ele e Augusto Meyer cuidavam dos manuscritos daquele velho mestre. Agrada-me contar como o encontrei – eu apenas saído da Escola de Arquitetura e ele já diretor-geral daquela instituição. E falar da admiração e amizade que dele sempre guardei, uma das pessoas mais inteligentes, corretas e corajosas que conheci. Lembrar o ambiente degradado com que se deparou, ao assumir a direção do SPHAN. As igrejas pilhadas, o velho casario que o período colonial disseminou por todo o país inteiramente abandonado, como se nada disso fosse importante para nós. Mas não faltou ao nosso amigo a perseverança, nem a determinação para a tarefa extraordinária que Capanema lhe confiara. As grandes obras do passado foram recuperadas, as velhas cidades preservadas e o SPHAN, graças a ele, considerado um exemplo entre os órgãos responsáveis pela memória de nosso país. E vale acrescentar: como Rodrigo era amigo, como se preocupava com seus auxiliares, como vivia os problemas desses companheiros. Pessoalmente muito usufrui da sua amizade. Foi ele que me levou à leitura, me deu conselhos, e, não sendo arquiteto, foi o meu mestre, aquele que mais influiu em minha formação. Não raro jantava em sua casa, onde Graciema, sua mulher, nos atendia carinhosamente. Lá encontrava Bandeira, Nava, Gastão Cruls e sentia como todos o escutavam atentamente. Ás vezes, quando qualquer problema me afligia, recorria a Rodrigo. Passava cedo em sua casa e juntos descíamos para a cidade. Mas, adiante, parávamos na residência de sua mãe. Rodrigo ia lhe pedir a bênção, e a viagem prosseguia, e, se, voltando ao

assunto, alguém lhe parecia me ofender, Rodrigo logo declarava: 'Que filho da puta!' Era o amigo perfeito, como dizia Manuel Bandeira. Com Rodrigo, compreendi melhor nossa velha arquitetura, severa, quase monumental nos seus palácios, mas singela, senhorial, nas antigas casas de fazenda, com suas paredes caiadas de branco e as largas varandas protegendo e ampliando os espaços interiores. A generosidade plástica do concreto armado me levou para a arquitetura mais livre que prefiro. Mas, sem dúvida, às belas igrejas barrocas de Minas Gerais, que ele adorava, devo também essa liberdade, essa procura permanente da beleza e da invenção arquitetural. Um dia, chegando do exterior, meu irmão avisou-me: 'Rodrigo está muito mal.' Corri até a sua casa, e lá estava nosso velho amigo cercado pela família, já longe, longe de nós para sempre. Era uma flor da humanidade, como lhe chamou Alceu Amoroso Lima." O Ministro da Cultura registrou a presença do Sr. Rodrigo Luís de Andrade, filho de Rodrigo M. F. de Andrade, e teceu considerações sobre o sentido daquela solenidade, transcritas a seguir: "Senhoras e senhores, antes de encerrar esta sessão, gostaria de fazer algumas poucas considerações sobre o sentido de uma solenidade como esta, até onde posso, vindo de outras áreas. Talvez um dos grandes equívocos que tenhamos no Brasil, algumas avaliações equivocadas que fazemos da nossa história é acreditar que o Brasil seja um país de instituições frágeis. Da nossa instabilidade é desnecessário falar porque todos conhecemos mas raramente temos a oportunidade de ressaltar a força de algumas instituições que somos capazes de criar. Eu poderia dar vários exemplos de instituições duradouras existentes há muito tempo na história brasileira, algumas anteriores à independência do Brasil, que estão vivas e florescentes servindo à nação brasileira. Quero registrar umas poucas observações sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nascido em momento paradoxal da história brasileira. Um momento de forte, duro autoritarismo e, contudo, um momento de uma criatividade institucional que devemos ser capazes de reconhecer. 1937 é o ano do início do Estado Novo, mas 1937 é também o ano do início do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O período do Estado Novo aparece em nossa história como um período contraditório, extremamente contraditório, e têm sido lembrados simplesmente os lados mais obscuros, menos agradáveis daquela época. Eu creio que devemos lembrar também daquilo que herdamos do Estado Novo. Nisso não vai da minha parte nenhum endosso do autoritarismo da época, mas não posso aceitar que nos esqueçamos do Ministério da Educação e Saúde, como era chamado naquele momento, que deixou uma marca profunda em todo o processo de desenvolvimento cultural do país até os dias que correm: o Ministério Capanema. Foi também o período no qual o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve o seu nascimento e o seu processo de desenvolvimento. Lembro de uma referência de Antônio Cândido de Melo Souza, meu professor na Universidade de São Paulo, quando dizia que alguns mineiros rebeldes, e, no que vai da minha simpatia pessoal, justamente rebeldes, ao decidirem escrever e assinar o 'Manifesto dos Mineiros', fazendo a crítica do autoritarismo, decidirem também que Rodrigo não poderia assiná-lo porque previam os riscos. Entendiam que a importância da continuidade da Instituição que ele criara e dirigia

se colocava, na circunstância, como um valor mais alto a ser respeitado. Isso nos diz da capacidade de perceber o desenvolvimento futuro e da sabedoria dos mineiros, por seu sentido de prudência, quando elaboraram seu manifesto de repercussões democráticas tão profundas na vida brasileira. Rodrigo permaneceu na direção do IPHAN por trinta anos e não há nenhum exagero em dizer que não apenas fundou o IPHAN como foi capaz de infundir-lhe o espírito que o governa até hoje. Embora não tenha faltado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional outros líderes importantes, os teve, continua tendo; essa base formadora estabelecida por Rodrigo Melo Franco é o espírito que dirige fundamentalmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico até hoje, não obstante todos os acréscimos renovadores de vários outros líderes. Uma instituição, na verdade, não é só um conjunto de regras, mas uma instituição são pessoas. Uma instituição são seres humanos e eu acho que todos nós brasileiros devíamos agradecer aos que foram capazes de criar uma instituição tão importante e tão profícua para o desenvolvimento da cultura nacional. O conceito básico que, me parece, herdamos todos do IPHAN é o conceito da identidade da nação. Isto, eu creio, é capaz de nos dar aquela perspectiva pela qual podemos, nesse período de trinta anos, período de vigência da atividade de Rodrigo, e no que veio depois, período da herança de Rodrigo. Esta noção da identidade de nação, creio eu, nos dá a perspectiva que nos permite reconhecer a continuidade do IPHAN, não obstante todos os atropelos, vicissitudes e dramas vividos pela história brasileira. Eu acho que esta é a grande sabedoria que está na base do IPHAN: a identidade nacional. É encontrarmos os critérios pelos quais seja possível a nós, brasileiros, irmos mapeando sinais da nossa identidade no processo de nossa formação. É este esforço intelectual, é este esforço cultural e técnico que permite, em um determinado momento, agradecermos as circunstâncias que, mesmo no ambiente do Estado Novo, tenham possibilitado criar uma instituição tão forte e tão poderosa. Eu acho que é importante mencionar essas coisas porque o IPHAN, na época atual, como em outros momentos, enfrenta os seus problemas. Eu entendo que, hoje, o Instituto do Patrimônio Histórico necessita adquirir a maior visibilidade possível e deveria ser um desafio pra nós, em época de democracia, felizmente consolidada, sermos capazes de projetar luz sobre o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional de modo a que as autoridades públicas em geral sejam levadas a conceder a essa Instituição aquele alento que a ditadura, em outra época, foi capaz de dar. O desafio que se coloca para a democracia é ter tanta sensibilidade ou mais sensibilidade para o reconhecimento da identidade da nação do que foram capazes algumas das nossas formas ditatoriais do passado. Dirão que é um paradoxo, mas é o nosso paradoxo. É um paradoxo da nossa história, não da história de outro povo, estou falando da nossa história. Estou falando das figuras que criaram esta instituição. Estou aqui, comprometido como sou com a situação brasileira atual, me empenhando no sentido de que mais luz se projete sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de tal modo que a herança de Rodrigo possa continuar frutificando. É necessário reconhecer que no Brasil a existência de certas instituições com funções de estado mais do que com funções de governo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma dessas

instituições. Não há porque restringir à segurança, à diplomacia, por exemplo, a classificação de funções de estado. A preservação da identidade da nação, através de uma instituição como o IPHAN, é função essencial de Estado porque não há nenhuma nação capaz de afirmar-se como tal se perder o sentido da sua própria identidade. Devemos ter a coragem de mostrar no presente, herdeiros que somos dos anos trinta, dos dramas, dos paradoxos, das vicissitudes da história brasileira, não obstante a complexidade das atividades, não obstante as restrições de gastos dos públicos decorrentes de compromissos internacionais, que nos incumbe a responsabilidade de sermos, pelo menos, tão corajosos como os homens daquela época, provavelmente com dificuldades ainda maiores. A valorização da profissão daquele que cuida do patrimônio se associa, indissoluvelmente, à valorização da Instituição como tal. Nada mais pernicioso neste país do que o preconceito que se difunde contra o serviço público em geral. Mas, particularmente, quando este preconceito se difunde contra instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Quero afirmar aqui o meu empenho no sentido do reconhecimento do IPHAN como Instituição de Estado. Tente alguém restaurar qualquer peça do barroco para saber quanto custa o esforço, a pesquisa indispensável. Saia alguém pelo mundo para indagar das dificuldades tecnológicas dessa área de trabalho. Creio que dar ao IPHAN reconhecimento mais amplo no cenário nacional significa também ampliar os horizontes do IPHAN. Os líderes atuais do IPHAN devem ter a mesma capacidade de invenção dos criadores da Instituição nos anos trinta. Devemos dar uma olhada nova sobre esse Brasil no qual vivemos, devemos ampliar o nosso conceito de identidade de nação. Devemos ser capazes de reconhecer as múltiplas influências que estão presentes em nosso processo e que, evidentemente, eram menos visíveis nos anos trinta. Devemos ser capazes de reconhecer mais amplamente o nosso patrimônio imaterial, trabalho já iniciado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mas devemos ser capazes também de reconhecer as múltiplas raízes brasileiras que se foram somando no século XIX ao processo de consolidação desse país como nação. Devemos ser capazes de reconhecer a presença indígena de modo mais amplo, a presença dos negros de modo mais amplo, a presença dos italianos, dos japoneses, dos turcos que nunca foram turcos, exceto por receberem passaporte de um país que não lhes pertencia. Devíamos ser capazes, com a mesma generosidade que teve o Rodrigo na sua época, de reconhecer novas raízes no processo de formação do país , fortalecendo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e fortalecendo a memória de Rodrigo Melo Franco a quem eu rendo, neste momento, a minha homenagem. Obrigado." O Conselheiro Silva Telles pediu a palavra para destacar a presença de Rodrigo M. F. de Andrade nos órgãos internacionais dedicados à preservação de patrimônios culturais e à sua amizade com as figuras mais representativas da cultura da França, da Inglaterra, da Itália, dos Estados Unidos, da Argentina, comprovada pela imensa correspondência existente no Arquivo Noronha Santos. A Conselheira Suzanna Sampaio desejou registrar o 20º aniversário do ICOMOS-BRASIL, instituição que preside, fundada, dentre outros, pelos Conselheiros Carlos Lemos, Silva Telles, e pelo arquiteto Cyro Correa Lyra, da qual

fazem parte o Presidente Glauco Campello e os Conselheiros Italo Campofiorito, Maria Beltrão, Max Guedes e Modesto Carvalhosa. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os demais membros do Conselho.

Glauco Campello

Anna Maria Serpa Barroso

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Augusto Carlos da Silva Telles

Carlos Alberto Cerqueira Lemos

Italo Campofiorito

José Ephim Mindlin

Marcos Vinicios Vilaça

Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

Max Justo Guedes

Modesto Souza Barros Carvalhosa

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

Suzanna do Amaral Cruz Sampaio